



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

VOTO DO RELATOR

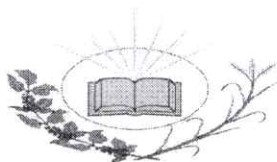
RELATÓRIO

O **Projeto de Lei ° 144/2025**, de iniciativa do Prefeito Municipal Velomar Gonçalves Rios, o qual: ***“Autoriza o Município a firmar parceria com a Fundação Espírita Nova Vida, com repasse de recursos financeiros sob a forma de subvenção social, destinados ao custeio das atividades culturais da entidade no exercício de 2026, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, e dá outras providências”***.

Vem a proposição de Lei à Comissão de Constituição, Legislação e Redação para emissão de parecer, como previsto no art. 26, *caput* e § 2º do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Nos termos do regimento interno desta Câmara Municipal, foi solicitado ao relator a expedição de seu parecer fundamentado e voto.

Conforme Ofício nº 250/2025 encaminhado pelo Prefeito Municipal, a Fundação Espírita Nova Vida é entidade privada sem fins lucrativos, regularmente constituída desde 1993, com forte atuação sociocultural no ensino de música, produção musical e promoção da cultura local, atendendo crianças, adolescentes e jovens do Município.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

O projeto prevê repasse de até R\$ 180.000,00, distribuídos em 12 parcelas mensais de R\$ 15.000,00, formalizados mediante Termo de Fomento, precedido de inexigibilidade de chamamento público, conforme art. 31, VI, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Compete a esta Comissão analisar a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação da matéria.

É o relatório.

Tudo visto e examinado, passa-se à fundamentação do parecer e voto.

FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Digna Comissão de Constituição, Legislação e Redação,

1. Competência legislativa

A matéria insere-se na competência do Município, nos termos:

- do art. 30, I, II e IX, da Constituição Federal, que permite ao Município legislar sobre interesse local e promover atividades de cultura;
- do art. 21 e art. 158 da Lei Orgânica Municipal, que tratam da promoção de cultura, apoio a entidades e autorização legislativa para celebração de parcerias que envolvam repasse de recursos públicos.

Portanto, há competência legislativa municipal.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

2. Iniciativa legislativa

O projeto trata de autorização de despesa e celebração de parceria, matéria privativa do Prefeito Municipal, nos termos:

- art. 61, §1º, II, "a", da CF (por simetria),
- art. 67, II, da Lei Orgânica de Catalão.

Assim, a iniciativa é legítima e adequada.

3. Natureza jurídica da parceria: Termo de Fomento – Lei 13.019/2014

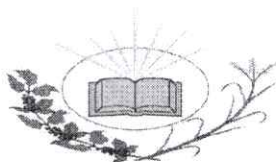
O projeto encontra fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC).

A atividade cultural é típica ação de fomento (art. 2º, VI), cabendo a celebração de Termo de Fomento, como menciona o §3º do art. 1º.

A entidade atende às condições previstas nos arts. 33 e 34 do MROSC, dentre elas:

- constituição regular,
- ausência de fins lucrativos,
- atuação prévia compatível com o objeto,
- apresentação de plano de trabalho,
- comprovação de capacidade técnica e operacional.

A previsão de inexigibilidade do chamamento público, com base no art. 31, VI, é juridicamente adequada quando há singularidade do objeto, notória especialização da entidade ou vínculo histórico e único de atuação no Município, elementos verificados no caso e mencionados no ofício do Executivo.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

4. Subvenção social – natureza, controle e legalidade

A subvenção social, nos termos do art. 12, §3º, I, da Lei 4.320/1964, é repasse destinado a cobrir custeio de entidades assistenciais ou culturais sem fins lucrativos.

No caso, o repasse é:

- finalístico (destinado a atividades culturais específicas),
- condicionado a plano de trabalho,
- vinculado à prestação de contas,
- submetido à fiscalização da Controladoria Municipal,
- regulado pelo MROSC (Lei 13.019).

Dessa forma, não há afronta aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência (art. 37, caput, CF).

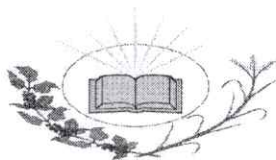
5. Previsão orçamentária e impacto financeiro

O art. 4º do projeto determina que a despesa correrá por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas conforme legislação.

A exigência encontra fundamento em:

- art. 16 e 17 da LRF,
- art. 165 e 167, II, CF,
- arts. 133 e 136 da LOM.

O valor de R\$ 180.000,00 para o exercício de 2026 deve estar contemplado na LOA 2026 e compatível com o PPA e a LDO, o que é condição para execução, mas não constitui óbice ao prosseguimento legislativo, pois o PL apenas autoriza a celebração da parceria.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

6. Princípios da Administração aplicáveis

O projeto observa os princípios:

- Legalidade – respaldo no MROSC, LOM e CF;
- Impessoalidade – objeto específico de interesse público;
- Moralidade – existência de finalidade pública cultural;
- Publicidade – termo de fomento, prestação de contas e transparência;
- Eficiência – continuidade das atividades culturais já desenvolvidas pela entidade.

A doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Celso Antônio Bandeira de Mello sustenta que as parcerias com entidades do terceiro setor são instrumentos legítimos de descentralização administrativa, desde que vinculadas ao interesse público e submetidas ao controle, como é o caso.

7. Técnica legislativa e redação

O projeto respeita as normas da Lei Complementar nº 95/98, apresentando:

- ementa clara e precisa;
- artigos bem estruturados;
- parágrafos coerentes;
- ausência de vícios formais.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 144/2025, por estar



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

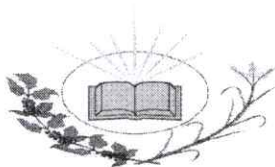
em conformidade com os preceitos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis,
recomendando a aprovação da matéria.

Catalão (GO), 18 de novembro de 2025.

Assinatura manuscrita em azul de Gilberto Barbosa de Andrade.

Gilberto Barbosa de Andrade (SD)
Relator

Assinatura manuscrita em azul, provavelmente de um outro membro da comissão.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO
PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

VOTO DO PRESIDENTE

Acompanho e sou favorável ao voto do relator, no **Projeto de Lei nº 144/2025**.

Catalão (GO), 18 de novembro de 2025.

Gilmar Antônio Neto (UNIÃO)
Presidente

VOTO DO VOGAL

Acompanho e sou favorável ao voto do presidente, no **Projeto de Lei nº 144/2025**.

Catalão (GO), 18 de novembro de 2025.

Thomas Marques de Mesquita (PODE)
Vogal